



ANAMEL INFORMA

O boletim informativo oficial da ANAMEL

“Justiça e Paz”



ÍNDICE

I Encontro de Magistrados
com Cristo

Seminário Anamel 2025

Homenagem ao ex-presidente
da República, José Sarney

Cultos da Anamel

Aniversariantes

O Informativo da Anamel traz nesta edição um relato completo sobre o I Encontro de Magistrados com Cristo, realizado em Brasília. O evento reuniu integrantes da comunidade jurídica para discutir a atuação do Judiciário sob a perspectiva dos princípios cristãos. Também nos meses de março e abril, a diretoria avançou na organização do próximo Seminário Anamel e representou seus associados em solenidade na CLDF.

Boa leitura!

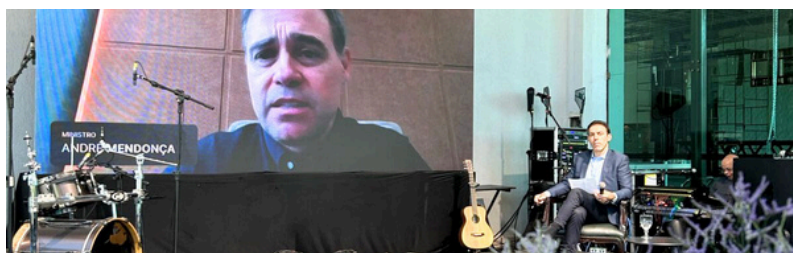
Encontro reúne magistrados para refletir sobre o cristão no Judiciário

Congruências e supostos conflitos entre a Bíblia e a Constituição Federal, o alcance da liberdade religiosa e o legado cristão para a sociedade foram temas de palestras do I Encontro de Magistrados com Cristo, em 21 de abril, em Brasília. O evento foi proposto pelo bispo JB Carvalho, da igreja Comunidade das Nações, e realizado com o apoio da Anamel.

Na saudação de abertura, a presidente da Anamel, des. Nilsoni de Freitas, expôs os desafios que magistrados e demais operadores do direito enfrentam no dia a dia, com efeitos inclusive sobre a saúde mental. “A realidade do Judiciário brasileiro nos impõe grandes desafios. O acúmulo de processos, a produtividade cobrada, a pressão social e os riscos pessoais têm levado muitos de nossos colegas ao limite”.

Para superar esse cenário e cumprir a missão como operadores do direito, ela recomendou empatia e solidariedade uns com os outros e, também, aliar o fazer jurídico à prática da fé, que se expressa em atos de misericórdia. “Cada decisão que tomamos impacta vidas”, disse.

A palestra inaugural foi proferida virtualmente pelo ministro do STF André Mendonça, que conclamou a magistratura cristã a exercer integralmente três papéis: de julgadores, de formadores e de fé. Ele também elencou virtudes importantes para transpor desafios e incentivou a busca de informação e preparação para ser referência para a sociedade. “Como liderança e como Igreja, podemos ser agentes dentro de uma sociedade carente de bons exemplos e de lideranças preparadas e capacitadas”. A mesa foi presidida pelo diretor-executivo da Anamel, dr. Jackson Domênico, que também atuou diretamente na organização do evento.



Já no painel sobre o cristão e jurisdição, o ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca falou sobre o princípio da fraternidade enquanto base para uma terceira geração de direitos fundamentais, ao lado da liberdade, incorporada como princípio jurídico desde o século XIX, e da igualdade, aplicada desde o século XX.

Segundo o ministro, por meio do amor, do perdão e da compaixão que decorrem do senso de fraternidade, é possível construir uma sociedade mais justa e pacífica. “A fraternidade é o reconhecimento de que o outro não é apenas o réu, a vítima ou a parte, mas um ser humano, com história, dignidade e potencial. O Sistema de Justiça fraterno busca compreender a realidade social dos envolvidos, promove a inclusão e garante que ninguém fique à margem com sua vulnerabilidade”.



“Jesus disse para amarmos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. E amar o próximo como a si mesmo nada mais é do que a fraternidade”.

vice-presidente da Anamel, des. Roberto Veloso

“Todos aqui, alguns que saíram de suas cidades para estarem aqui, desafiaram a sua comodidade, buscando novas ferramentas para sermos mais eficazes nos nossos dias atuais”

diretor executivo da Anamel, dr. Jackson Di Domênico

“A partir da nossa identidade em Cristo, nossa abordagem muda completamente, porque, apesar de sermos imparciais, nunca seremos neutros, porque todas as nossas decisões, elas passam pela nossa essência”.

1ª tesoureira da Anamel, juíza Monize Marques

“Direito é o que é reto, certo, correto. E a religião é um conjunto de fé e de práticas, que, no nosso contexto, nós temos defendida pela Constituição Brasileira”.

fundador da Anamel, des. Fábio Dutra



Dupla cidadania e liberdade religiosa

Um paralelo entre a Bíblia e a Constituição Federal apresentado no I Encontro de Magistrados com Cristo demonstrou a existência de dispositivos constitucionais que permitem ao cristão atuar como agentes de Estado tendo resguardadas suas convicções religiosas. A mesa foi presidida pelo presidente do TRF 1, des. João Batista Moreira.

Os reflexos práticos da dupla cidadania, enquanto cidadãos brasileiros e também integrantes do Reino de Deus, foram apresentados pelo juiz federal Fausto Mendanha. Ele demonstrou que o esforço de cumprir as obrigações civis em harmonia com os preceitos bíblicos está alinhado inclusive com o conceito de Estado Laico. “O Estado não tem autorização para adotar medidas de hostilidade contra a liberdade de expressão religiosa sob qualquer pretexto, tendo de respeitar também tradições históricas e culturais”.

Ele destacou que a liberdade religiosa precisa ser o agente balizador para eventual conflito entre o cumprimento da lei civil e o da lei espiritual e, por outro lado, a lei moral de Deus deve prevalecer diante de contexto onde não haja como preservar as duas vertentes. “Não podemos invocar a lei de Deus para legitimar o não cumprimento de determinações em harmonia com ela. Mas, enquanto cidadãos do Reino de Deus, precisamos viver para honra e glória de Deus, coerentes com nossa convicção, mesmo sabendo que ela pode desencadear resistências e até perseguições”.

O des. Alexandre Laranjeiras aprofundou essa abordagem, destacando pontos de convergência entre a Bíblia e a Constituição Federal, como a tripartição do poder estatal, os direitos humanos, o valor da família, o direito à propriedade e o universalismo. Quanto às supostas antinomias, o magistrado pontuou que a própria Constituição prevê os mecanismos para solucionar conflitos.

Um exemplo é o caso da liberdade associativa. Ele reforçou o direito constitucional de todas as pessoas se associarem em grupos para exercer as suas liberdades, inclusive religiosas, sem ofender a liberdade daqueles que creem em coisas diferentes. “Eu quero munir o jurista cristão do argumento constitucional, mais do que do argumento teológico, para que possa defender a sua fé”.



Agradecemos ao Bispo JB Carvalho, como idealizador e anfitrião do encontro, e a sua família e todos os que congregam nas igrejas Comunidade das Nações, por proporcionarem um ambiente acolhedor e propício para o fortalecimento da magistratura em sua caminhada de fé. Que venha o II Encontro de Magistrados com Cristo!



Direito e legado

Com um chamado a ações concretas para além da proclamação do Evangelho, o painel sobre Direito e Religião apresentou áreas em que cristão em posição de autoridade e liderança podem contribuir para efetivar justiça e paz.

O Procurador Regional da República Guilherme Schelb alertou para cenários em que a maioria cristã não impactou a sociedade, porque a proclamação do Evangelho não foi acompanhada por ações concretas. Ele, que atua na área da infância, lamentou que a manutenção de altos níveis de criminalidade, inclusive em ambientes familiares.

Em paralelo, Schelb destacou o legado cristão ao longo da História, que determinou, por exemplo, o fim do sacrifício de crianças, a criação de instituições de assistência social e a criação de hospitais e abrigos, além do reconhecimento da dignidade de todas as pessoas, individualmente.

“Sejamos os que vão proclamar as boas-novas, não só por meio dos retóricos discursos, mas também por meio de ações concretas, de uma mentalidade cristã que se demonstra em um comportamento cristão”.

O vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR), Jean Regina, também fez um alerta. Ele ressaltou os riscos de que a religião seja excluída da esfera pública, com o uso ideológico da expressão do Estado laico, para prever neutralidade em todas as decisões públicas. “Não podemos simplesmente impor aos atores de Estado que atuem em um ambiente neutro, como se a religião fosse uma ameaça da ordem pública”.

Ele reforçou o conceito histórico de que uma nação é mais do que um contrato social ou território mas é uma alma coletiva, que possui memória, cultura e moralidade próprias. No caso brasileiro, especificamente, ele rememorou o preâmbulo da Constituição quando declara a proteção de Deus, mostrando o profundo pensamento religioso brasileiro.

O advogado também falou sobre os esforços do instituto para o reconhecimento da autonomia constitucional do direito religioso como um ramo autônomo do direito. “A religião no espaço público é um fato e, em havendo este fato, é natural que conflitos ocorram, e em havendo conflitos, a Justiça será chamada a dirimir esses conflitos”, disse.

Magistratura com Cristo

“Aos onze anos de idade, meu filho me disse que nunca seria juiz, porque não seria um pai ausente, como fui uma mãe ausente. A jornada da magistratura, principalmente para a mulher, não é fácil. Mas Deus transformou a minha história. A Igreja me ajudou a encontrar Jesus e me ensinou a amar”.

juíza Jumara Pinheiro, que tem 28 anos de carreira na magistratura e se converteu há três anos na Comunidade das Nações em Aracaju (SE)

“Quando respondi a um avaliador antes do início da minha prova oral no concurso para a magistratura que eu lia a Bíblia além dos livros jurídicos, um amigo me perguntou se eu sabia que isso poderia me custar caro. Eu disse: eu não sei, mas também eu não podia negar”.

juiz federal André Ramirez, que atua há oito anos em Sinop (MT)

Ministros do STJ confirmam presença na Seminário da Anamel

Os ministros Reynaldo da Fonseca, Sérgio Kukina e Marco Aurélio Buzzi aceitaram o convite da Anamel para proferir palestras no seminário jurídico da associação marcado para o próximo mês de setembro, em Brasília. Como tema Direitos Fundamentais e Desafios Contemporâneos, as exposições irão contribuir para uma visão jurídica mais aprofundada, aplicada às demandas da sociedade brasileira nos tempos atuais.

O ministro Reynaldo Fonseca apresentará estudos sobre a fraternidade enquanto princípio fundamental para a solução de conflitos e a construção da paz. Já o ministro Sérgio Kukina irá abordar aspectos ligados à inteligência artificial e seus impactos sobre os serviços jurisdicionais. O ministro Buzzi, por sua vez, irá oferecer novas perspectivas para a aplicação da conciliação nos processos judiciais.

Outras autoridades de tribunais superiores, magistrados dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, entre outros órgãos, estão sendo convidados, além de especialistas que possam contribuir com soluções jurídicas inovadoras para o país. Em breve serão divulgados o local e a data do evento.



Homenagem ao ex-presidente da República, José Sarney

A presidente da Anamel, desa. Nilsoni de Freitas, e o vice-presidente da entidade, des. Roberto Veloso, estiveram presentes na solenidade de outorga do Título de Cidadão Honorário de Brasília ao ex-Presidente da República José Sarney. A homenagem foi prestada no dia 25 de março, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CJDF), e incluiu a entrega da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo do Distrito Federal grau Grande Colar ao ex-presidente.



Cultos da Anamel

O intercâmbio de conhecimentos, o companheirismo e a unidade são os objetivos dos cultos semanais realizados pela Anamel sempre aos domingos. Ao longo dos meses de março e abril, contamos com mensagens edificantes trazidas pelo juiz Evandro Cunha, pela juíza Cristina Campello, pelo juiz Jeverson Quintieri, pela juíza Luziene de Medeiros e pela promotora Sarah Albuquerque.

**As mensagens estão disponíveis no canal da Anamel no Youtube:
www.anamel.org.br**

A partir de maio, a Anamel irá iniciar um novo formato de eventos online, com temas que tocam diretamente o dia a dia da magistratura. A primeira transmissão será no dia 18 de maio. Acompanhe o calendário nas nossas redes sociais.

Aniversariantes



A Anamel parabeniza cada associado e associada aniversariante nos meses de março ou abril com votos de que esta nova etapa seja repleta de realizações, saúde e muitas conquistas, fortalecendo ainda mais o compromisso com a justiça e a paz. Parabéns!

- Juíza Rosa Geane - 03/03
- Juíza Paula Cristina Caetano da Silva - 20/03
- Juiz Ney Stany Moraes Maranhão - 06/04
- Des. Nilsoni de Freitas - 24/04
- Des. Achile Alesina - 24/04
- Des. Ademir Pimentel - 30/04



Prezado associado (a): Mantenha seus dados atualizados em nosso cadastro para assim caminharmos mais próximos, assegurando efetividade em nossas ações.



■ **CONTA BANCÁRIA:**

Banco Bradesco

Ag: 6246

C.c.: 3040-6

CNPJ Pix: 17.827.467.0001-02

ANAMEL

■ **CONTATO: (61) 9.9426-1452**



WWW.ANAMEL.ORG.BR



@ANAMELNACIONAL



@ANAMEL.NACIONAL

**CLIQUE NOS ÍCONES E FIQUE POR DENTRO DE TODAS
AS NOSSAS REDES SOCIAIS!**